



O desafio de pensar a sustentabilidade do território delimitado sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares na Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão/AC

The challenge of thinking about the sustainability of the a bounded territory from the perspective of agri-food systems in the Kaxinawá Indigenous Land of the Lower Jordan River/AC

PILNIK, Málika Simis¹; ARGENTIM, Tarik²; KINUPP, Valdely Ferreira³;
HAVERROTH, Moacir⁴

¹ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), mali.simis1202@gmail.com; ² Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tarik.argentim@gmail.com; ³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM-CMZL), valkinupp@yahoo.com.br; ⁴ Embrapa Acre, moacir.haverroth@embrapa.br

Eixo temático: Biodiversidade e Bens Comuns dos Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: Os Kaxinawá habitam a Amazônia ocidental, na fronteira entre Brasil e Peru. A demarcação de suas terras depara-se com duas questões cruciais: crescimento demográfico e regime itinerante do uso da biodiversidade. Esta pesquisa objetiva refletir como os indígenas da T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão/AC adaptam-se às necessidades renovadas de apropriação do território. Levou-se em conta o sistema agroalimentar e os desafios de lidar com a problemática do espaço delimitado. Utilizaram-se metodologias consagradas nas etnociências: observação participante, trilhas-guiadas e entrevistas semiestruturadas. Percebe-se que permanecem vigentes diversas práticas tradicionais, mas com embates em torno do manejo. As mudanças na abordagem dos bens comunais ocasionam impacto etnoecológico. Evidencia-se um movimento interno de reflexão e diálogo no uso dos recursos. Para garantir o bem-viver, torna-se fundamental aprofundar o debate sobre a relação entre território, agrobiodiversidade e sustentabilidade.

Palavras-chave: povo indígena Kaxinawá; Amazônia; biodiversidade; recursos naturais; sustentabilidade.

Keywords: Kaxinawá indigenous people; Amazon; biodiversity; natural resources; sustainability.

Introdução

Sistemas agroalimentares tangenciam diferentes dimensões da vida social e cultural de uma comunidade, em que agricultura e conhecimento estão intrinsecamente relacionados. Nesse sentido, podem ser vistos como um conjunto de elementos interdependentes que envolvem as plantas cultivadas, os espaços, as práticas, os saberes, a mitologia, as redes sociais de troca de variedades, o preparo do alimento, entre outros (SANTILLI, 2015).

Os indígenas Kaxinawá (autodenominados *Huni Kuĩ*) praticam tradicionalmente a agricultura de corte-e-queima ou agricultura itinerante. Este sistema requer a abertura de clareiras em florestas consolidadas e/ou capoeiras para a produção de policultivos,



normalmente por um período de dois a três anos. Na sequência, abandonam essas áreas para possibilitar a regeneração natural do solo e da vegetação – permanecendo em estado de “pousio”.

Trata-se de modelo de agroecossistema dos mais antigos do mundo. Tendo em conta somente a região da Amazônia, responde pela base alimentar de cerca de 600 mil famílias – entre agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas e indígenas (Junior et al., 2008). Além disso, é responsável pela conservação *on farm* da agrobiodiversidade, em que os recursos genéticos cultivados vêm sendo selecionados e adaptados há gerações.

É sabido que a diversidade (inter e intraespecífica) das espécies oferece diversos benefícios às populações que praticam esse modelo de agricultura. Dentre eles, pode-se indicar: promoção de uma dieta diversificada; estabilidade da produção; uso eficiente da mão de obra familiar; aumento da produção com recursos limitados; e maximização dos retornos, sob baixos níveis de tecnologia (ALTIERI, 1999).

Se respeitada a regeneração natural das áreas utilizadas para o policultivo, esse sistema agrícola ancestral pode ser considerado um dos precursores dos fundamentos da ciência agroecológica atual – a qual se orienta, dentre outros princípios, pela produção alimentar de forma harmônica com o meio natural. Logo, entende-se que a interferência humana através das atividades agrícolas no processo sucessional da floresta pode atuar como fonte de variabilidade, o que mantém, ou até mesmo promove, a biodiversidade regional (JUNIOR et al., 2008).

No entanto, em razão do crescimento demográfico da população, este sistema encontra-se em plena transformação. Atualmente, após vinte anos de demarcação da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, no estado do Acre, os habitantes deparam-se com a realidade de acessar e produzir alimentos em um território restrito. Uma novidade frente à prática milenarmente desenvolvida de forma itinerante. Neste trabalho, serão abordados os desafios vivenciados pelos núcleos familiares e as estratégias e conhecimentos desenvolvidos para solucionar ou mitigar a problemática.

Metodologia

A terra indígena em estudo está situada na região do alto rio Juruá, no estado do Acre. Homologada no ano de 2001, abrange 9.000 hectares e pertence a um complexo de três terras indígenas contínuas do povo *Huni Kuĩ*, a saber: T.I Kaxinawá do Rio Jordão, T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e T.I. Kaxinawá do Seringal Independência. Estas, por sua vez, são limítrofes à Reserva Extrativista do Alto Juruá; à Reserva Extrativista do Alto Tarauacá; à Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu; à Terra Indígena Kontanawa; e à Terra Indígena Alto Tarauacá (reservada para uso exclusivo de indígenas em estado voluntário de isolamento). Em suma, a região diz respeito a um mosaico de áreas protegidas, com enorme potencial para a conservação da sociobiodiversidade.



Foram realizadas três atividades de campo (maio de 2018, outubro de 2018 e janeiro de 2019) em três aldeias da T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, situada no município do Jordão/AC. Utilizou-se de observação participante e foram aplicadas entrevistas abertas e semiestruturadas (com informantes anciões e jovens, a fim de compreender as transformações históricas passadas e em curso). Além disso, realizaram-se diversas trilhas-guiadas para reconhecimento das unidades produtivas e técnicas de manejo (MARTIN et al., 1995).

Resultados e Discussão

O sistema agroalimentar tradicional compreende diversas unidades de paisagem e técnicas de cultivo. Este trabalho abarca os “roçados de terra-firme”, os cultivos de várzea, os “bananais” e os quintais e sistemas agroflorestais. Somados ao extrativismo, à caça e à pesca, correspondem às principais atividades produtivas dos *Huni Kuĩ* do Jordão/AC.

O principal aspecto associado à qualidade do “roçado” depende da relação entre o espaço e o tempo de uso. Isto porque, conforme os conhecimentos indígenas, após dois a três anos de cultivo diminui-se a fertilidade do solo, de modo que a área deve permanecer em pousio para promoção da regeneração natural. Com o tempo, dado o adensamento populacional e a restrição do espaço agricultável em um território delimitado, os “roçados” passam a ser cultivados cada vez mais distantes das moradias, exigindo longos deslocamentos na floresta.

Tal fato impõe dificuldades quanto ao período de pousio prolongado (mais de vinte anos), ideal para a regeneração integral da área. Na condição atual, os indígenas regressam ao mesmo local após, em média, cinco anos. Segundo os *Huni Kuĩ*, esse fator reduz a produtividade e a qualidade dos cultivares. Além disso, influencia diretamente no cotidiano das mulheres, visto que são obrigadas a percorrer distâncias cada vez maiores com grande peso nas costas (advindo dos produtos do “roçado”) – o que acarreta em prejuízos para a saúde, frequentemente narrados.

Nas várzeas do rio são utilizadas técnicas de cultivos temporários, mediante o plantio de espécies de ciclo-curto – as quais incidem diretamente nas áreas alagáveis. A demarcação da terra indígena possibilitou a migração dos *Huni Kuĩ* que viviam no “centro” da floresta para morarem junto a seus parentes na beira dos rios. Este deslocamento foi acompanhado da prática de cultivo de “bananais” perenes, agora em terrenos de mata ciliar. Alguns indígenas apontam que esta medida tem acarretado em erosão e possível assoreamento do respectivo corpo d’água.

O aumento populacional pressiona diretamente os estoques de fauna silvestre e de produtos florestais não madeireiros – tais como as palmeiras (“palheiras”), frutos, sementes, resinas, entre outros. Com a finalidade de garantir o acesso à proteína animal, alguns indígenas converteram ambientes de floresta em pastagens para criação de gado. Como resultado, houve desmatamento e redução da biodiversidade



local. Além disso, a compactação dos solos por pisoteio bovino atingiu certas fontes de água, sobretudo tendo em vista a proximidade dos campos com as moradias.

Se, por um lado, registrou-se uma série de desafios com relação ao manejo da área para a subsistência, por outro, foram identificadas certas estratégias para refletir em soluções aos problemas – as quais, a nosso ver, coadunam com os princípios agroecológicos. O território restrito é tema de discussão constante entre os indígenas. Estão conscientes da necessidade de se pensar na conciliação entre os espaços destinados ao sistema agrícola tradicional, à construção de moradias, às pastagens e à diversificação produtiva de alimentos de modo a fortalecer a autonomia do modo de vida tradicional.

Nesse sentido, intensificam-se o plantio de frutíferas nos quintais (no entorno das casas, muito apreciados pelas crianças) e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais em diálogo direto com os saberes locais, mediante o enriquecimento de capoeiras e plantio consorciado de espécies perenes e anuais nos “roçados”. Estas medidas contribuem para o aumento da agrobiodiversidade, facilitam a regeneração da paisagem com plantas úteis e auxiliam na garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional. O consórcio de cultivo entre espécies nativas e fruteiras exóticas de interesse da população é demanda proposta pelos indígenas com vistas a assegurar fontes distintas de vitaminas, fibras e minerais.

As mudanças na abordagem dos bens comunais tanto ocasionam significativo impacto socioambiental quanto buscam superar os desafios impostos pela realidade. No intuito de mitigar perturbações no sistema ecológico e promover a sustentabilidade agroalimentar e o uso racional dos recursos naturais, elaborou-se em 2012 o Plano de Gestão Territorial e Ambiental ou “Plano de Vida” das Três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão/AC. Este documento foi desenvolvido em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), no bojo dos preceitos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Trata-se, especialmente, de estabelecer formas outras de interagir e regular os espaços. Constitui-se, ao mesmo tempo, tanto em ferramenta de diálogo intercultural quanto de planejamento integrado para a gestão e monitoramento de recursos naturais, sistemas agroalimentares e território. Algumas das medidas prioritárias dizem respeito às técnicas de manejo em ambientes sensíveis, ao extrativismo de recursos florestais não madeireiros, ao ordenamento da caça e da pesca, ao estabelecimento de parcerias e intercâmbios com vistas ao diálogo de saberes, etc.

Vale trazer à tona trechos selecionados do documento em questão para ilustrar o conteúdo abarcado. Quanto à reflexão sobre o manejo dos frutos nativos:

“Evitar derrubar as frutas nativas próximas da aldeia. Trazer sementes e mudas para serem plantadas nos quintais e SAF’s das aldeias. Vamos



conservar as árvores de frutas para o consumo das pessoas e para as caças se alimentarem”. (PGTA, 2012. p 64).

No que se refere ao plantio de espécies de interesse para enriquecimento das capoeiras – cujo início remonta ao ano de 1996, através da iniciativa dos agentes agroflorestais indígenas –, promove-se a técnica de manejo em sistemas:

“Os sistemas agroflorestais já estão começando a produzir. Estamos recuperando capoeiras e precisamos sempre de muitas sementes e mudas. É importante agora que cada família tenha seus plantios. Outra estratégia é enriquecer as varações [percursos na mata] e os caminhos com frutíferas nativas. Alguns ‘pés’ já estão produzindo frutos e podemos aproveitar as sementes para aumentar os plantios e distribuir para as famílias e as aldeias”. (PGTA, 2012. p.82).

Por último, observa-se que, no bojo de pensamento coletivo ajustado à ideia de resiliência, os indígenas utilizam a criatividade para inovar dentro dos limites do sistema agrícola tradicional. A diversificação de espécies e a prática de técnicas agroecológicas demonstram, empiricamente, os benefícios e alternativas que a Agroecologia apresenta, bem como a compatibilidade que possui com o modo de vida tradicional. É de se reconhecer, portanto, esta ciência enquanto prática que contribui para a manutenção do bem-viver em comunidades indígenas da Amazônia.

Conclusões

A demarcação do território indígena *Huni Kuĩ* do rio Jordão foi uma conquista essencial para a manutenção sociocultural dos modos de vida deste povo. Entretanto, a proposta concretizada pelo Estado brasileiro implicou em mudanças no padrão de uso e ocupação dos solos e na utilização da biodiversidade e dos recursos naturais. Tais questões são encaradas como um novo desafio pelos indígenas, pelos órgãos de Estado – responsáveis por políticas indigenistas e ambientalistas – e também pelas organizações parceiras da sociedade civil.

Com base nos relatos dos informantes, foram registrados os esforços que a população vivencia relacionados à produção de alimentos e à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Se, por um lado, permanecem vigentes diversas práticas tradicionais, por outro, é inegável a existência de embates em torno do manejo apropriado. Verifica-se que é essencial o diálogo intercultural em busca de formas específicas e adequadas de promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, tendo em vista o paradoxo de uma população em crescimento assentada em um território delimitado. Logo, valendo-se de uma abordagem holística e transdisciplinar, a Agroecologia possui papel fundamental para a valorização e reprodução do modo de vida indígena. Destarte, no intuito de garantir o bem-viver do povo *Huni Kuĩ*, torna-se imprescindível aprofundar o debate sobre a relação entre agrobiodiversidade, territórios e sustentabilidade.



Referências Bibliográficas

ALTIERI, M.A. **The ecological role of biodiversity in agroecosystems**. Agriculture, Ecosystems and Environment, 1999. v. 74, n. 1-3, p. 19-31.

JÚNIOR, N.N.P., Murrieta, R.S.S. & Adams, C. **A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2008. v. 3, n. 2, p.153-174.

MARTIN, G. J. (1995). **Etnobotânica**. Pueblos y Plantas. Manual de conservación. WWF-UK. UNESCO. Kew, Royal Botanic Gardens. MARTIN, G.J. Nordan Comunidad, 1995. 240p.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental das três terras indígenas Kaxinawá do Rio Jordão. Organização: Melgaço, A.L. & Gavazzi, R.A. – Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2012.

SANTILLI, J. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: o novo regime jurídico de proteção**. Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015. v. 9, p. 21-73.